

**PLANEJAMENO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: PERSPECTIVAS
NOS TURNOS DIURNO E NOTURNO**

**PLANEJAMENO EN EDUCACIÓN FÍSICA EN LA EDUCACION SECUNDARIA:
PERSPECTIVAS EN TURNOS DÍA Y NOCHE**

**PLANNIG IN PHYSICAL EDUCATION IN SECONDARY EDUCATION:
PERSPECTIVES ON DAY AND NIGHT SHIFTS**

Renan da Silva Vitória*

Vânia Vitória**

RESUMO

Esta pesquisa analisa aspectos concernentes ao planejamento em Educação Física no Ensino Médio nos turnos diurno e noturno. Para atingir os propósitos foi realizado um questionário com professores de Educação Física das escolas públicas com Ensino Médio das cidades de Urussanga e Cocal do Sul no Extremo Sul Catarinense. Os resultados mostraram que a maioria dos professores distingue seu planejamento referente aos turnos por razões aqui entendidas como secundárias, deixando de maneira superficial o direcionamento para adequação as capacidades sociocognoscitivas do aluno com a finalidade de aprofundar seu conhecimento, objetivando uma formação mais profunda e emancipada para os jovens estudantes.

Palavras-chave: Educação Física- Ensino Médio- Planejamento- Turnos

RESUMEN

Esta investigación analiza los aspectos relacionados con la planificación de la educación física en la escuela secundaria en los turnos de día y de noche. Para lograr el objetivo se realizó un cuestionario con profesores de educación física en las escuelas públicas a la escuela secundaria en las ciudades de Urussanga y Cocal do Sul, en el extremo sur de Santa Catarina. Los resultados mostraron que la mayoría de los profesores distinguen su planificación con respecto a los turnos de razones entendidas aquí como secundario, dejando una manera

* Graduando no Curso Superior de Educação Física/Licenciatura

** Professora Orientadora, Graduada em Educação física pela FUCRI/UNESC, Mestrado em Educação pela UNESC, Docente do Curso Superior de Educação Física UNESC.

superficial la dirección para adaptarse a las capacidades sociocognoscitivas del estudiante con el fin de profundizar en el conocimiento dirigido a una formación más profunda y emancipado para los jóvenes estudiantes.

Palabras claves : Educación Física - Educación Secundaria - Planejamento - Turnos

SUMMARY

This research analyzes aspects concerning planning in Physical Education in High School in the day and night shifts. To achieve the purposes, a questionnaire was carried out with Physical Education teachers from public schools with high school education in the cities of Urussanga and Cocal do Sul in the far south of Catarinense. The results showed that most teachers distinguish their planning regarding the shifts for reasons understood here as secondary, leaving in a superficial way the direction to adequacy the socio-cognitive capacities of the student with the purpose of deepening their knowledge aiming at a deeper and emancipated formation For young students.

Key words : Planning- Physical Education- Secondary Education- Shifts

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como justificava o interesse pelo Ensino Médio por se tratar de um nível de ensino importante para consolidação da educação básica com qualidade e pela insuficiente proximidade que a formação superior oferece para compreensão da ação pedagógica na Educação Física.

O tema do estudo é o Planejamento em Educação Física no Ensino Médio: Perspectivas nos turnos diurno e noturno. Busca-se elucidar o problema de como se objetiva o planejamento do Ensino Médio na disciplina de Educação Física a partir dos turnos de ensino. A partir do problema surgem questões norteadoras: Como é pensado o planejamento escolar para o Ensino Médio? Como se dá a seleção, organização e sistematização dos conteúdos? Como o professor trata o conhecimento neste nível de ensino?

Para esclarecer as questões foi realizada uma pesquisa de campo que segundo Gil (2008) objetiva procurar uma realidade específica, onde sobretudo é realizado a observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações naquela realidade.

A pesquisa foi realizada com professores de Educação Física do Ensino Médio das Escolas públicas estaduais dos Municípios de Urussanga e Cocal do Sul, localizados no Extremo Sul Catarinense, que contemplam o Ensino Médio no turno diurno e/ou noturno.

Cocal do Sul inicialmente por ser a cidade onde o pesquisador reside, entretanto esse município só tem uma escola com ensino médio diurno e noturno, para não realizar um estudo de caso, foi pesquisado também a cidade vizinha (Urussanga).

Para elencar os professores foi solicitada a GERED (Gerência Regional de Educação de Santa Catarina) de Criciúma a lista nominal dos professores de Educação Física que trabalham nas escolas supracitadas.

Participaram da pesquisa seis professores de Educação Física destas escolas estaduais. Obtiveram-se sete entrevistas sendo que um professor trabalha em duas escolas pesquisadas. Os professores responderam um questionário que foi analisado a partir dos referenciais teóricos centrais do Coletivo de Autores (1992), José Carlos Libâneo (1994) e Alexis Leontiev (1994/2004)

SOBRE OS PROFESSORES

A respeito da formação inicial, dois professores são formados em licenciatura na UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense) e iniciaram a graduação após 2004, ano em que o curso de Educação Física, atendeu as diretrizes nacionais (CNE 7/2004) com formação específica para Bacharelado e Licenciatura. Estes tiveram na licenciatura um currículo direcionado para escola, com uma disciplina específica para o Ensino Médio e pautada pelo PPC (Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação). Esse assume uma matriz filosófica crítica, adotando como base, propostas de ensino específica da Educação Física, a Crítico Superadora e Crítico Emancipatória. Este fator tenciona a possibilidade para qualificação da ação pedagógica (PPC, 2013).

Os demais docentes são formados na UNESC/FUCRI (Fundação Educacional de Criciúma) antes de 2004, tendo a formação de bacharelado e licenciatura juntos, denominada licenciatura plena.

Dos seis professores, cinco possuem especialização das quais, quatro são em Educação Física e uma em Metodologia Escolar. Apenas um é mestre em Educação. Este dado se faz relevante para uma atuação mais qualificada. De acordo com Behrens (1996, p. 24), “A busca da educação continuada é necessário ao profissional que acredita que a educação é um caminho para a transformação social”.

No cenário funcional quatro professores são efetivos na escola, todos com mais de 05 anos de atuação no Ensino Médio. Destes um atua entre 01 e 05 anos na escola pesquisada e três entre 05 e 09 anos. Dois relataram atuar a mais de 09 anos com Ensino Médio na instituição. Este tempo é suficiente para proporcionar um maior conhecimento da conjuntura educacional com possibilidades de ter elementos que possam subsidiar seu planejamento que entre outras contingências contribuem para o ato pedagógico.

Em oposição a esta situação três são ACT's (Admitido em Caráter Temporário), sendo que um deles é efetivo em outra escola. Dois professores estão no primeiro ano de atuação no Ensino Médio, e o outro professor está entre 05 a 09 anos no Ensino Médio e entre 01 a 05 anos de atuação no Ensino Médio na escola.

Os ACT's, além de muitas vezes não terem a mesma possibilidade de conhecer a conjuntura escolar para que possam fazer uma análise mais minuciosa, necessitam ainda completar a sua carga horária em outras escolas. O que origina uma rotatividade que tem implicações no planejamento e realização das aulas.

Esta condição se dá desde a aprovação da Lei nº 16.861 que admite os ACT's por hora-aula. Com isso, estes perderam o direito da hora atividade do professor prevista na lei 11.738/2008, que determina que a constituição da jornada de trabalho deva limitar-se a 2/3 da carga horária para atividade didática propriamente em sala de aula. Destinando-se 1/3 para atividades extraclasse, destinada para estudos, planejamento e avaliação. Toda ação pedagógica realizada pelo professor requer organização prévia e planejamento. A retirada da hora atividade, direito conquistado, reflete direta e negativamente no ato pedagógico. Dificulta o trabalho realizado fora da sala de aula, sobrecarregando o professor.

A carga horária dos professores varia de 10 a 40 horas semanal, dependendo da situação funcional. As políticas públicas negligenciam ações que favoreçam o bom planejamento especialmente aos ACT's.

O PLANEJAMENTO NO ENSINO MÉDIO

A palavra planejamento origina-se do verbo planejar que significa ato de organizar um plano, programar. O mesmo é um processo de previsão de necessidades, estas humanas, que sempre existiram.

Com isso o planejamento está junto ao homem desde suas primeiras ações na pré-história, em que os mesmos planejavam como iriam caçar e de que forma isso ocorreria, antevendo através de um planejamento sua atividade em torno de sua necessidade. Assim, tornando-se

consciente de sua ação, e desenvolvendo uma das funções psicológicas superiores, aqui defendida: o planejamento. (LEONTIEV, 2004)

Na escola o planejamento deve seguir os mesmos princípios, ou seja, um plano que possa suprir as necessidades e estabelecer objetivos a alcançar.

Todos os professores pesquisados relatam elaborar planejamento para suas aulas. Este varia de organização anual e bimestral

O planejar para Libâneo (1994, p. 222), “[...] é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade”.

Três professores relatam planejar juntamente com os outros profissionais de Educação Física da escola. Esta forma oportuniza um debate a respeito da conjuntura escolar, as suas necessidades, e quais caminhos percorrer de forma conjunta. Esta atitude para planejar coletivamente é importante.

Dois professores alegam construir seu planejamento de forma conjunta com seus alunos. Isto possibilita diagnosticar a *relevância social* do conteúdo para os alunos, vinculando a *contemporaneidade* do conteúdo selecionado, juntamente com a *adequação as possibilidades sócio-cognoscitivas* do aluno que são princípios curriculares para selecionar o conteúdo. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Um professor declara realizar o planejamento sozinho, realizando assim um dos equívocos trazido por SAYAO e MUNIZ (2004, p. 00) no ato de planejar de forma isolada. “ Como resultado ou causa desta atitude temos um isolamento que faz com que cada um trabalhe por si só sem que se construa um projeto coletivo de escola, de educação e de formação”. Sem esta construção coletiva as finalidades podem ser inclusive contrárias, o que emperra o processo de ensino-aprendizagem.

Independente da forma que o professor faz seu planejamento, é importante fazê-lo, e considerar na elaboração uma leitura minuciosa da realidade escolar tendo clareza da finalidade do conhecimento a ser ensinado.

O planejamento deve ser direcionado por documentos norteadores, como o PPP (Projeto Político Pedagógico) e a Proposta Curricular do Estado, utilizados como referencias pois:

Quando descola o planejamento de um projeto político pedagógico. Quando isso ocorre, o planejamento perde o referencial, pois é utilizado sem se ter clareza de onde se quer chegar, ou seja, em que sociedade se quer viver e em função disto que o homem precisa ser formado. Aqui neste ponto nos detemos para discutir a

importância de se relacionar o planejamento com os objetivos da formação do sujeito na escola e em função disso que escola devemos ter. (SAYÃO e MUNIZ, 2004, p. 2).

Quanto ao PPP apenas um professor responde não conhecer este documento. Dos demais que conhecem, dois relatam que o projeto não interfere na sua aula, ou seja, tornando fútil conhecer o documento ou perceber sua relação com ato pedagógico do professor. Ao fazer esta desconsideração deixam claro a não percepção do trabalho coletivo e direção necessária ao ato de ensinar.

Dois professores dizem que o projeto se expressa na conduta das regras da escola. Um Professor relata que se expressa “Na parte disciplinar principalmente”. Outro “No que diz respeito das regras da escola”. Ambos relacionam o PPP a um dos pólos da dinâmica curricular, o da normatização escolar que “representa o sistema de normas, padrões, registros, regimentos, modelos de gestão, estrutura de poder, sistema de avaliação etc”. Este pólo da dinâmica curricular, porém, deve se articular com outros dois polos: a organização escolar e o trato com conhecimento. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.30).

A articulação entre os três pólos acaba:

[...] afirmando/negando simultaneamente concepções de homem/cidadania, educação/escola, sociedade/qualidade de vida, construídas com base nos fundamentos sociológicos, filosóficos, políticos, antropológicos, psicológicos, biológicos, entre outros, expressando a direção política do currículo. Essa direção se materializa de forma implícita ou explícita, orgânica ou contraditória, hegemônica ou emergente, dependendo do movimento político-social e da luta de seus protagonistas educadores e alunos, que buscam afirmar determinados interesses de classe ou projetos de sociedade, em síntese, o projeto político pedagógico escolar. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.29).

Um professor exalta o PPP em seu planejamento como “elemento norteador do processo”, entendendo assim a importância desse documento para elaborar e efetivar seu plano. Ao ressaltá-lo o professor afirma a relevância do documento e os interesses da escola, que nele estejam expressos.

Quanto a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina é documento oficial e constituiu:

[...] um marco importante na história da Educação Pública de Santa Catarina, na medida em que consolida uma opção de caráter político-pedagógica para o currículo

da Escola, a partir de um marco teórico e de uma diretriz metodológica bem determinada. (SANTA CATARINA, 2005, p.9)

Este documento todos os professores entrevistados dizem conhecer. Três destacam como importante na Proposta para orientar as suas aulas, o currículo, com os conteúdos norteadores (ginástica, jogos, dança e esporte). Dois salientam a psicologia Histórico-Cultural como orientadora de suas aulas. Esta teoria de aprendizagem defendida por Vygotski dá base teórica a Proposta Curricular de Santa Catarina.

O ponto de partida é o sujeito na/da formação, compreendido como ser social e histórico de direito subjetivo à aprendizagem e ao desenvolvimento em sua concepção ampla. Sujeito que, nas experiências de vida e nas relações com outros sujeitos, com a natureza e com as estruturas e instituições sociais, faz apropriações de mundo mediadas por diferentes linguagens. (SANTA CATARINA, 2014, p. 26-27).

Subsidiado nestes documentos oficiais, o professor deve definir seu projeto político-pedagógico. O Coletivo de Autores (1992) nos trás que essa elucidação conduz a sua atividade em sala de aula, desde o conteúdo que decide para educar e tratar cientificamente e metodologicamente, até os valores e a lógica que prospera no aluno. Para planejar o professor deve ter claro que classe o aluno pertence.

O Ensino Médio surgiu somente após década de 60 nas escolas públicas. Anterior a isso, segundo Cury (1997), era exclusividade das escolas particulares. Portanto somente a classe com maior poder aquisitivo podia gozar desse ensino. Para a classe com menor poder aquisitivo o grande objetivo da implantação do Ensino Médio nas escolas públicas “era” a formação de mão de obra.

Além da consciência de classe o professor deve ter claro o tipo de sociedade que se pretende construir e o tipo de homem que deseja formar. Ou seja, conservador que concorda com o que está estabelecido, ou transformador que tenta mudar a realidade.

Para Vasconcellos (2000, p. 79) :

O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo.

Todo planejamento requer ser posto em prática. Quanto a metodologia utilizada pelos professores, ou seja sua proposta pedagógica, dois relatam seguir proposições não críticas. Segundo o Coletivo de Autores (1992, p.28) “ trata-se de um currículo conservador, porque a natureza da reflexão pedagógica não explicita as relações sociais e mascara seus conflitos”.

Os demais mencionam utilizar proposições críticas. A crítico-superadora relatada três vezes e a crítico-emancipatória dita uma vez. Propostas estas que de acordo Darido (2001, p. 12)

Estas abordagens denominadas críticas ou progressistas passaram a questionar o caráter alienante da Educação Física na escola, propondo um modelo de superação das contradições e injustiças sociais. Assim, uma Educação Física crítica estaria atrelada as transformações sociais, econômicas e políticas tendo em vista a superação das desigualdades sociais.

Com base na proposição pedagógica utilizada pelo professor pode-se entender que tipo de cidadão ele quer formar, quais necessidades ele quer suprir, que visão de mundo tem. Ou seja, se pretende enfrentar ou mascarar a realidade.

O planejamento é uma atribuição essencial ao processo escolar no qual deve ser sucedido a uma reflexão pedagógica que segundo Souza (1987) apud Coletivo de Autores (1992) deverá ter algumas características específicas: “diagnóstica, judicativa e teleológica”.

Diagnóstica pois remete a certificação e a observação dos dados da realidade. Dados estes que necessitam de um julgamento. Segundo o Coletivo de Autores (1992, p. 25) para interpretar esses dados

O sujeito pensante emite um juízo de valor que depende da perspectiva de classe de quem julga, porque os valores, nos contornos de uma sociedade capitalista, são de classe. Dessas considerações resulta que a reflexão pedagógica é judicativa, porque julga a partir de uma ética que representa os interesses de determinada classe social.

A característica reflexiva teleológica estabelece uma finalidade, onde se almeja uma direção. Essa direção pode ser conservadora ou transformadora dos dados da realidade diagnosticados e julgado, dependendo da concepção de quem reflete.

Salienta-se a proeminência de professores pesquisados que dizem atuar no campo crítico, onde busca a transformação da realidade, subsidiando-se principalmente no PPP da escola e na Proposta Curricular do estado para elaborar seu planejamento. No entanto a delimitação da pesquisa não possibilita constatar dados que possam legitimar a atuação dos professores no campo crítico da educação.

Para elucidar a práxis do planejamento foram feitos alguns questionamentos aos professores. Dentre eles quais conteúdos estão presentes no planejamento? E o que levam em consideração para selecionar o conteúdo para os alunos do Ensino Médio?

Quatro professores se baseiam nos esportes hegemônicos¹ para planejar seus conteúdos. Levando na maioria das vezes o que os alunos querem ou estão dispostos a realizar. Para um professor os conteúdos presentes são “futsal, dança e alguns temas relacionados a qualidade de vida. Por serem mais maduros e estarem quase na idade adulta é focada mais nos hábitos saudáveis”. O professor foi coerente com a sua proposição pedagógica citada, acrítica. Juntamente com essa visão, elenca somente alguns esportes como conteúdo e a qualidade de vida descontextualizada da que o aluno vive, ou seja, trabalhador.

Em outra perspectiva, um relata estar em seu planejamento o “Jogo, ginástica, dança, luta e esporte”, levando em consideração para selecionar o conteúdo “Os princípios do trato com o conhecimento”. Estes conteúdos, e os princípios relatados pelo professor, são explicitados no livro de um Coletivo de Autores (1992), que apresenta a perspectiva Crítico Superadora, proposição esta, que o professor relatou utilizar em suas aulas. Estes são *confronto e contraposição de saberes, simultaneidade dos conteúdos, provisoriedade do conhecimento e o da espiralidade da incorporação das referências do pensamento*.

Sobre a alteração do planejamento no decorrer do processo e seus motivos. Todos responderam alterar. Um relata que “muitas vezes, o planejamento é igual para todas as turmas, mas elas têm características diferentes, assim tendo que modificá-lo”. Não deixando claro que características são estas. Outro alega que “às vezes é alterado, por motivo de evasão, e climático”. Estes motivos se apresentam como secundários na escola. O objetivo central deveria ser o conhecimento, a aprendizagem. Apenas um professor considerou o processo de aprendizagem dos alunos para modificar o planejamento. Esta consideração deveria ser primordial para o procedimento de alteração.

OS TURNOS DE ENSINO E ATIVIDADE DE ESTUDO

O aluno do Ensino Médio tem suas especificidades, entre elas, o trabalho, que está muito presente principalmente nas escolas públicas. Trabalho paralelo ao estudo tem consequências.

A Lei nº 9394/96 no inciso 3º assegura em algumas ocasiões a facultatividade da prática da Educação Física. Quatro professores relatam ter alunos amparados por esta lei. Quase a totalidade formada por alunos que cumprem jornada de trabalho igual ou superior a seis horas.

¹ Esportes hegemônicos: Basquetebol, Futsal/Futebol, Handebol e Voleibol

Estes alunos apresentam declaração para legitimar a facultatividade. Destes, apenas um caso não corresponde a aluno do ensino noturno.

Desde seu surgimento o Ensino Médio público atende alunos trabalhadores ou filho dos mesmos. Esta classe é historicamente conhecida por seus interesses imediatos que “correspondem à sua necessidade de sobrevivência, à luta no cotidiano pelo direito ao emprego, ao salário, à alimentação, ao transporte, à habitação, à saúde, à educação, enfim, às condições dignas de existência.” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 24).

Metade dos professores declarou que a facultatividade não tem implicações na participação dos alunos. Mesmo com este “direito”² em mãos, os alunos optam em realizar a prática da aula.

Em contrapartida, a outra metade relata que esta facultatividade tem implicações nas aulas principalmente relacionada a prática dos demais alunos que não são amparados pela lei. Estes se sentem no direito de se ausentar também da prática da aula.

Brasil (2006) destaca que os alunos amparados por esta lei são julgados ora como incapazes, ora como privilegiados. Desta forma descarta pontualmente a diversidade de trajetória de vida dos alunos que frequentam a escola. Assim excluindo alunos de terem a oportunidade de utilizarem a Educação Física como as demais matérias para atingirem o grande objetivo da escola que é formar um cidadão de forma integral, que possa ter instrumentos suficientes para compreender e ser ativo na sociedade onde está inserido. Aqui ressalta-se a contradição, onde o órgão que promulga a lei é o mesmo que a questiona.

A facultatividade pode ter implicações no planejamento do professor conforme ele compreenda o aluno do Ensino Médio; de maneira específica para os amparados pela lei, ou genérica a todos? Pois independente se o aluno é trabalhador ou não, amparado ou não pela lei, o professor deve contemplar e planejar sua aula visando levar ao aluno o conhecimento mais elaborado que dispuser.

Este entendimento perpassa pela maneira que o professor percebe a importância da Educação Física no Ensino Médio. Três ressaltam a consciência para o hábito saudável. Para um deles “Para adquirir o hábito da atividade física, qualidade física para o restante da vida”. Darido (2005) aponta “que as práticas de atividade física vivenciadas na infância e adolescência se caracterizam como importantes atributos no desenvolvimento de atitudes, habilidades e hábitos que podem auxiliar na adoção de um estilo de vida ativo fisicamente na idade adulta”. Portanto, isto descolado dos condicionantes sociais é um propósito conservador, coerente com a proposição pedagógica utilizada por este professor.

² Direito aqui entendido, como um direito a perda na educação.

A atividade física não é conteúdo apontado na Proposta Curricular do Estado (2005), embora deva ser tratado como conhecimento entre os conteúdos.

Três professores dizem direcionar suas aulas objetivando o aprofundamento do conhecimento. Relata um Professor que “Aprofunda o conhecimento, a partir de debates críticos”. Este objetivo é defendido pelo Coletivo de Autores (1992, p.24-25) para o 4º ciclo que se refere ao Ensino Médio.

Nele o aluno adquire uma relação especial com o objeto, que lhe permite refletir sobre ele. A apreensão das características especiais dos objetos é inacessível a partir de pseudoconceitos próprios do senso comum. O aluno começa a perceber compreender e explicar que há propriedades comuns e regulares nos objetos.

Para chegar a este nível de desenvolvimento, os alunos devem estar bem respaldados nos ciclos anteriores onde organizam a identidade dos dados da realidade, iniciam a sistematização do conhecimento e a ampliam para depois aprofundar o conhecimento. Aí a importância de um projeto coletivo da escola.

O Ensino Médio visto na perspectiva crítico superadora leva o aluno a aprofundar os conhecimentos com a pretensão de que amplie suas possibilidades de compreensão e intervenção na sociedade de forma consciente e autônoma.

Contrário a esta perspectiva o Ensino Médio, desde seu início na escola pública, teve sua organização visando dois objetivos: o ensino profissionalizante, onde os alunos aprendem uma profissão; e o ensino propedêutico, onde os alunos “podem seguir” para o ensino superior. Esta intenção nunca teve uma desvinculação do Ensino Médio.

Atualmente a Medida Provisória 746/2016 retoma o ensino médio para mão de obra barata e pouca esclarecida. O ensino profissionalizante reducionista para manter a classe trabalhadora a serviço da classe dominante e reforço deste modelo de sociedade. Rompe com a ideia de aprofundamento da Educação básica, leitura e compreensão da realidade, promovendo uma especialização precoce e acrítica dos jovens brasileiros.

Esta medida provisória aponta uma intenção política em defesa da classe proprietária, que detém o controle da sociedade tanto político quanto educacional. Reforça seus interesses históricos que: [...] correspondem à sua necessidade de garantir o poder para manter a posição privilegiada que ocupa na sociedade e a qualidade de vida construída e conquistada a partir desse privilégio. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 24).

Para a classe proprietária, as escolas particulares com ensino mais qualificado que assegure o ensino superior. Assim mantém seus status quo. Para a classe trabalhadora o ensino profissionalizante mínimo, apenas como meio de qualificar a mão de obra.

O trabalho está associado com o aluno do Ensino Médio da escola pública. Franco (1994, p. 20-21) propõe que a escola esteja sim associada ao mundo do trabalho mas não numa relação linear. Segundo ela

[...] o que seria limitar o papel da escola concebendo-a apenas como uma agência de adestramento em que o domínio de técnicas ganharia primazia sobre as atividades voltadas para a formação integral do aluno[...]. Por outro lado, não implica fazer o raciocínio inverso e eximir a educação de qualquer responsabilidade pela formação profissional.

A autora destaca que um dos propósitos do Ensino Médio é oferecer oportunidade para preparar o aluno a assimilar o trabalho como categoria social e histórica, mas além disso a escola deve também ter a preocupação de levar o aluno a perceber as formas diferenciadas de experimentar as relações de produção e as desigualdades delas subsequentes. Pois não adianta apenas entender o meio de trabalho, mas também compreender as relações que estão impostas por trás dele, assim como na sociedade onde esse indivíduo está inserido.

Sobre a interferência do trabalho no estudo para o aluno trabalhador os professores relataram varias interferências. Um relata que “cai o rendimento para aquele que trabalha. Os alunos tem dificuldade para conciliar o trabalho e estudo”. Outro diz que as interferências são o “tempo para dedicar-se aos estudos e o cansaço nas aulas (mental e físico). Um professor declara que o “cansaço, e o interesse principal não é mais a escola e sim o trabalho, muitas vezes a frequencia é assegurada pelas leis”.

Esse enfrentamento entre estudo x trabalho vivenciado por estudantes do Ensino Médio, é um conflito entre duas das três atividades principais no processo de desenvolvimento humano. Para Leontiev (1994) além do estudo e do trabalho, o jogo é também uma das atividades principais do sujeito, que está relacionada ao desenvolvimento ontogenético, envolvendo diferentes lugares no sistema de relações humanas.

O aluno do Ensino Médio deveria estar focado na atividade de estudo. Porém pelas determinações sociais acaba por adentrar na atividade de trabalho. Esta entrada precoce no mundo do trabalho interfere na atividade de estudo. Este fator tem implicações no seu desenvolvimento, na sua formação humana.

Um professor relata não ter aluno trabalhador, o outro que a média de alunos trabalhadores em suas turmas é de 90%, e os demais entre 10% e 30%.

Quanto a levar em consideração este dado para elaborar as aulas, quatro professores consideram. Um relata que “conforme o período é levado em conta. No período diurno é seguido mais o planejamento. No noturno há mais flexibilidade”. Outro “leva em consideração, não puxando tanto como o diurno”.

A partir das respostas é perceptível que estes professores tratam de maneira distinta os alunos dependendo do seu turno. Porém uma distinção que o inferioriza na condição de aprender.

Algumas questões da pesquisa foram direcionadas somente para os professores (2) que trabalham no turno diurno e noturno na mesma escola.

Ambos respondem que o trato com o conhecimento com os alunos do Ensino Médio deve ser distinto levando em consideração os turnos. Um alega que “a noite tem maior número de aluno trabalhador, assim deve planejar atividades distintas”. Este professor relata que não planeja aulas para os períodos distintos com objetivos distintos. “Pelo o ensino ser o mesmo, as atividades podem ser distintas, mas o objetivo e modo avaliativo é o mesmo”.

Outro professor não planeja as suas aulas com objetivos distintos para os turnos distintos. Para ele “Independentemente do planejamento dos anos do Ensino Médio, o ensino é o mesmo, buscando autonomia do aluno, juntamente com a prática física”.

Estes dois professores, contradizem as propostas pedagógicas que dizem utilizar, as críticas. As mesmas objetivam formar “um cidadão crítico e consciente da realidade social em que vive, para poder nela intervir na direção dos seus interesses de classe” (Coletivo de Autores, 1992, p.) Assim não cabe a ideia de diferenciar os alunos, independente dos turnos e do trabalho em paralelo.

Tratar os alunos pelos seus turnos ou por ser trabalhador negando o conhecimento, se opõe a uma formação que garanta o desenvolvimento pleno do aluno de sua consciência e emancipação.

CONSIDERAÇÕES

Percebemos neste estudo vários aspectos que implicam no planejamento do professor de Educação Física no Ensino Médio. Desde políticas públicas com leis (na condição funcional) que favorecem a desqualificação do ato pedagógico impactando diretamente no planejamento até leis que orientam a prática da educação física (facultatividade), deixando entre linhas o

entendimento dessa prática, que interferem na ação pedagógica e implicam na educação dos jovens do Ensino Médio das escolas públicas, de forma negativa.

O trabalho na vida do estudante do Ensino Médio paralelo ao estudo tem inúmeras consequências para o aluno, mas talvez a maior delas, seja o despreparo do professor para lidar com essa realidade do Ensino Médio Público.

O professor com clareza de seu projeto político pedagógico, sua proposição pedagógica, não minimizará suas aulas, seus objetivos pelas condições dos seus alunos, impostas pela realidade. Ele terá ainda mais clareza da importância de desenvolver o máximo das possibilidades e potencialidades do aluno por intermédio de suas aulas.

Com os professores pesquisados esta clareza não foi demonstrada. A maioria dos professores não entende o trabalho como uma categoria social, na qual o aluno deve se apropriar, portanto sem utilizá-lo para direcionar suas aulas e “facilitar” no ensino. Não veem o ensino médio como a ultimação da educação básica. Tampouco o objetivo da Educação Física, o papel da escola e do estudo como determinante para esclarecer a condição de classe que se encontram os jovens estudantes.

Os planejamentos são distintos entre os turnos de ensino para os professores que lecionam nestes. Porém a distinção é secundária, exteriores ao ensino. Não se direciona a adequação das capacidades sociocognoscitivas dos alunos tampouco ao aprofundamento do conhecimento, deixando-o superficial.

É a partir da consciência do desenvolvimento da totalidade do aluno que o professor planejará e lecionará suas aulas sem distinções de turnos, ou por ter alunos que trabalham e estudam. Assim poderá definir conteúdos que motivem e elevem a formação humana e tratará o conhecimento de forma crítica e digna que os alunos merecem.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba, PR: Champagnat, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio**, volume 1. Secretaria de Educação Básica. Linguagens, códigos e suas tecnologias: Brasília, DF: MEC, 2006, p. 239.

- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- CURY, C. R. J. **O Ensino Médio: resgate de sua identidade**. Revista Dois Pontos. p.25-26. maio/junho 1997
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- DARIDO, Suraya Cristina. **Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades**. Perspectivas em Educação Física Escolar. Niterói, v. 2, n. 1 (suplemento), 2001.
- FRANCO, M.L.P.B. **Ensino médio: desafios e reflexões**. Campinas, Papyrus, 1994
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008
- LEONTIEV, Alexei Nikolaevich . **O Desenvolvimento do Psiquismo**. São Paulo, Centauro, 2004.
- _____. **Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil**. In: LEONTIEV, Alexei Nikolaevich, VYGOTSKY, Lev Semenovich, LURIA, Alexander Romanovich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1994. p. 59-83.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994
- SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005. 192 p.
- _____. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação integral na educação básica**. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Educação, 2014. 192p.
- SAYÃO, M. N.; MUNIZ, N. L. O planejamento na educação física escolar : um possível caminho para a formação de um novo homem, *Pensar a prática* ,Rio de Janeiro, v.7,n.2, 187-203, 2004
- UNESC, Universidade do extremo sul catarinense. **Projeto pedagógico do curso de Educação Física-licenciatura**. Criciúma SC, 2013. 34.
- VASCONCELLOS, Celso dos S: **Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico** Ladermos Libertad-1. 7º Ed. São Paulo, 2000.